

5

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA  
SESSÃO REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2023**

**ATA NÚMERO VINTE E CINCO**

10 Ao vigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Eira. -----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Migue Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim da Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Joaquim Moreira  
20  
25 Barbosa, Paulo José Melo Martins, João Emanuel de Gouveia Martins, Beatriz Lima Vieira, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. -----

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituídos pelo elemento disponível, os seguintes deputados municipais: Jaime da Silva Quintas substituído por Abel Filipe Dias Gonçalves, Joaquim António Dias Tavares  
30 substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo substituída por João Pedro Ferreira Martins, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos substituída por Júlia Dorinda Lima Sampaio, Jorge Miguel Félix Espanhol substituído por João Emílio Santos Carvalho de Almeida, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira substituído por José Manuel Valente Pereira de Sousa e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----

35 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído nos termos da Lei pelo seu representante legal, os seguintes Presidentes de Junta: Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro substituído por Nicolino

5 Eduardo da Silva Ribeiro, Filipe da Silva Lopes faltou não sendo substituído e Manuel Paulo de Jesus Lopes substituído por Mário Vicente Sousa Silva Reis. -----

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira Azevedo e os Senhores(as) Vereadores(as): Dário Soares Freitas da Silva, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Estiveram ausentes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os senhores(as) Vereadores(as): Marina Raquel Lopes Mendes, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Paula Cristina Martins Carvalhal. -----

15 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que iriam começar os trabalhos sem a presença do Senhor Presidente da Câmara e que o mesmo seria representado pela Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª Marina Mendes até à sua chegada.- -----

**Ponto 1 – Público** -----

20

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia alertou para o facto de estar inscrito apenas 1 munícipe, e a pedido deste, solicitou que a Senhora 2ª Secretária da Mesa a pudesse ler, pela dificuldade de visão do munícipe.** -----

25 **Senhor Joaquim Gomes (União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso)**, no uso da palavra começou por sugerir 3 alterações sendo as passadeiras da Rua da Rasa, Visconde das Devesas e Marquês Sá da Bandeira. Referiu pontos negativos a melhorar como degraus irregulares, passagens sem destino no Jardim de Soares dos Reis. Na Avenida Infante D. Henrique, a sinalização de peões e passadeiras pouco visíveis e semaforização ineficaz. Propôs três caminhos para a travessia do Jardim Soares dos Reis assim como os tipos  
30 de materiais que deviam ser usados. Disse também que atualmente o jardim mais parece um labirinto que seria bom para descanso e crianças brincarem, mas com outro pavimento. Terminou criticando que na Praceta colocaram estruturas e coberturas metálicas nos bancos e caixotes pintados de vermelho que mais pareciam uma barraca. Questionou a razão de tal e estando perto do monumento do Escultor Soares dos Reis, conforme documento em anexo (vide anexo nº1). -----

35

5 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Patrocínio Azevedo** começou por agradecer os contributos do senhor Joaquim Gomes para ajudar na melhoria da qualidade de vida dos Gaienses. Disse não conseguir responder de imediato, mas que irão ter em conta os contributos e irá tentar encontrar soluções para a melhoria do espaço público do Jardim Soares dos Reis. -----

10 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse estar terminado o Período de Intervenção do Público. Referiu não haver Atas a votação pelo que, passariam ao PAOD.** -----

**Ponto 3. Período de “Antes da Ordem do Dia”** -----

15 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** disse que, dentro do Período Antes da Ordem do Dia, tinham entrado seis documentos, sendo que os Senhores Deputados, apresentaram o seguinte: -----

**Senhor Deputado João Martins (BE)**, apresentou um **Voto de Saudação**, “Viva o 25 de abril”, conforme documento em anexo (vide anexo nº2). -----

20 **Senhor Deputado Pedro Teixeira (PAN)**, apresentou um **Voto de Recomendação**, “Gaia “veg-friendly” e inclusiva”, conforme documento em anexo (vide anexo nº3). -----

**Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)**, apresentou um **Voto de Congratulação**, pelo “Aprovação na Generalidade do Projeto Lei nº 598/XV/1ª”, conforme documento em anexo (vide anexo nº4).-----

**Senhor Deputado André Araújo (CDU)**, apresentou uma **Moção**, “Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”, conforme documento em anexo (vide anexo nº5). -----

25 **Senhora Deputada Natália Gonçalves (PS)**, apresentou um **Voto de Louvor** “a Iolanda Barbosa”, conforme documento em anexo (vide anexo nº6). -----

**Senhor Deputado Rui Teixeira (PS)**, apresentou um **Voto de Louvor**, “Pelo 50º Aniversário do Partido Socialista”, conforme documento em anexo (vide anexo nº7). -----

30 **Inscreveram-se para intervir sobre os votos, os seguintes deputados:** -----

**Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)**, começou por referir que o PSD votaria favoravelmente os votos do BE e da CDU, mas com propostas de alteração do PSD. Quanto ao BE, disse estar inteiramente de acordo com a diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada. Lembrou que o PSD votou contra a Lei Orgânica 2/20 de 10 de novembro porque no seu entender, Portugal tinha uma das

5 legislações mais generosas da Europa e implementada em 2018. Disse ser totalmente inadequado introduzir a alteração proposta pelo BE. Terminou dizendo que se o Voto de Saudação do BE, não fosse retirado, votariam contra, mas se o BE alterasse como o proposto pelo PSD, votariam favoravelmente. -----

10 Quanto à Moção da CDU, o senhor deputado lembrou que somos um país independente e soberano graças à aliança com a Inglaterra. Continuou dizendo que quando a CDU afirmava “o aumento expressão e promoção das forças reacionárias e da política de direita”, achando que ao incluir o PSD na direita, obviamente não poderão votar esta Moção se mantiverem as “políticas reacionárias de direita”. Referiu também não estar de acordo com a exigência de criação de regiões administrativas e que o PSD, defende que deveria ser efetuado um referendo. Terminou, afirmando que votariam favoravelmente, mas deveriam ser retirados os pontos para alterar o que o PSD defende. -----

15 **Senhor Deputado João Martins (BE)**, apenas interveio para dizer que entende a posição do PSD, mas que manterá o documento. -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, após a solicitação da palavra do senhor deputado do CDS, para intervir, não o permitiu, pois, não sinalizou quando o deveria fazer. -----

20

**Senhora Deputada Paula Baptista (CDU)**, pediu desculpa pela interpelação à mesa, mas entendia que sendo um debate e havendo tempo, porque é que o senhor deputado do CDS não podia falar? Terminou dizendo entender o esforço de gestão da Mesa, até porque são nove forças políticas, mas que existindo tempo no PAOD, deveria ser dado palavra aos deputados. -----

25

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, disse registar a intervenção da senhora deputada da CDU, mas que a Mesa manteria a posição. Disse não ter nada que ver com liberdade nem democracia, mas com a organização dos trabalhos e que se o senhor deputado entendesse poderia recorrer para o plenário. -----

30 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou as seis propostas a votação.** -----

**O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, “Viva o 25 de abril”. -----

5 **Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (19 do PS e 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 do IL), 01 voto contra do CH e 07 abstenções (05 do PSD e 02 do CDS-PP).** -----

10 **O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal do PAN, “Gaia “veg-friendly” e inclusiva”.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

**O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, “Aprovação na Generalidade do Projeto Lei nº 598/XV/1ª”.** -----

15 **Votação: Aprovado por Maioria, com 39 votos a favor (19 do PS, 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL), 02 votos contra da CDU e 05 abstenções do PSD.** -----

20 **O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, “Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”.** -----

**Votação: Aprovado por Maioria, com 37 votos a favor (19 do PS, 13 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 07 votos contra (05 do PSD, 01 do CH e 01 do IL) e 02 abstenções do CDS-PP.** -----

25 **O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, “a Iolanda Barbosa”.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

30 **O senhor deputado Jorge Pereira (CH), entregou à Mesa duas Declarações de Voto, conforme documentos anexos (vide anexos nº 8 e 9).** -----

**O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu a palavra ao senhor Deputado Paulo Martins do PSD.** ----

5 **Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)**, interveio dizendo que deverá haver bom senso e o que ficou decidido em Conferência de Líderes foi, se não houvesse tempo. Neste caso, tanto o CDS como o CH têm tempo suficiente para intervir, apesar do CH optar por fazer a entrega das Declarações de Voto à Posteriori. -----

10 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, referiu que a questão poderá sempre ser tratada e uniformizada em Conferência de Líderes. Voltou a dizer que a Mesa não altera o posicionamento, dizendo que as Declarações de Voto podem e devem ser anexas às Atas. Referiu novamente que o senhor deputado do CDS, poderia recorrer ao Plenário. -----

15 **Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)**, disse estar a ser colocado em causa um constrangimento num momento que se tem o Regimento para votar. Deu nota também que se o problema era uma questão de tempo, referindo haver partidos que não usaram da palavra e nesse sentido é válido por parte do PS, a possibilidade do uso da palavra pelo senhor deputado do CDS. -----

20 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Patrocínio Azevedo**, sugeriu ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia a possibilidade de uma pausa de três minutos, para que os líderes pudessem decidir.

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, validou a proposta, com a aceitação da Mesa para uma pausa de três minutos. -----

25 Após a pausa, deu nota que a gestão do PAOD decorre da Lei se ter mantido. Deu a palavras aos senhores deputados que pretendiam usar da palavra para Declarações de Voto. -----

30 **Senhor Deputado José Sousa (CDS-PP)**, esclareceu o sentido de voto do CDS nas diversas intervenções. Disse que em relação às abstenções do Voto de Saudação do BE e a Moção da CDU, ficariam desconfortáveis se votassem contra, mas que não seguiam os textos apresentados nem acompanhavam as políticas neles implícitas. Quanto à Recomendação do PAN, votariam favoravelmente. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito para apresentar Declaração de Voto, o Senhor Presidente da Mesa deu seguimento aos trabalhos.** -----

5 **O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, “Pelo 50º Aniversário do Partido Socialista”.

**Votação: Aprovado por Maioria, com 41 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP e 01 da IL), e 05 abstenções (02 do BE, 01 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN).**

10

**O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, questionou os senhores deputados que quisessem intervir, estando inscritos os seguintes deputados:**

15 **Senhor Deputado João Almeida (CDS-PP)**, na sua intervenção questionou sobre o imóvel da antiga Sede da Junta de Freguesia de Pedroso que tinha sido colocada em hasta pública, pretendendo saber se o processo tinha sido adjudicado. Quanto ao mercado que se realiza no Parque da Lavandeira, pretendia saber se irá ter continuidade e se não, se haverá alguma alternativa a considerar. Questionou qual o objetivo do investimento no posto de Polícia Marítima da Granja, se o Município de Gaia efetuou obras noutras infraestruturas que eram da competência do poder central. Questionou sobre a possibilidade de passagem de autocarros turísticos na Ponte D. Luís I e terminou a sua intervenção perguntando se estaria prevista regulamentação para as trotinetes e a sua circulação na via pública.

20 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)**, começou por questionar sobre o abate de árvores na Avenida Vasco da Gama em Miramar a pretexto das obras de requalificação da Linha do Norte. Disse, que o abate de árvores, causaria profundo desagrado e mal-estar entre os moradores, aparentemente esse abate de árvores, já parcialmente realizado do lado poente e, em preparação a nascente, estaria relacionado com a necessidade das quatro ruas laterais, uma de cada lado, tal como previsto na primeira versão do projeto. Todavia essa solução foi abandonada pela IP a favor de espaços de coexistência arborizados com circulação pedonal, ciclável e de acesso automóvel para os residentes. Assim esse abate de árvores afigura-se injustificado se acreditarmos que à superfície irá prevalecer o projeto preparado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e não o projeto inicial da IP. Questionou se o projeto apresentado na junta de Freguesia de Arcozelo será ou não para manter na sua globalidade.

25 **Relativamente à requalificação da linha do Norte**, disse que de acordo com o referido pelo senhor presidente da câmara em exercício, o grande interesse do protocolo celebrado entre a Câmara de Gaia e a IP, seria permitir à IP, encomendar um estudo não apenas sobre supressão de passagens de nível, mas um estudo mais abrangente e que contemple inserção urbanística. Nesse caso, perguntou se esse estudo já foi encomendado, quando se iniciou, quando se prevê a sua conclusão e outros dados que entenda conveniente,

5 proporcionar-nos, nomeadamente o custo do estudo e quem vai pagar. Terminando com o tema sobre Saúde  
Mental, disse pretender o PSD, salientar a substancial quantidade de fundos que poderiam ser utilizados no  
âmbito do mecanismo de recuperação e resiliência no qual se enquadra o plano de recuperação e resiliência.  
O PRR tem um período de execução até 2026 e vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos  
10 destinados a repor o crescimento económico e a reforçar o objetivo de convergência com a Europa ao longo  
da próxima década. Defendiam que era urgente implementar no concelho, uma instituição de cuidados  
continuados em Saúde mental que possibilitasse o apoio a esses doentes de especial vulnerabilidade e risco  
social. Considerou ainda que o envolvimento e o apoio da autarquia naquele domínio, em conjugação com o  
Hospital de Gaia e as IPSS do concelho seriam muito importantes para uma melhoria dos cuidados em Saúde  
mental prestados à população de Vila Nova de Gaia. -----

15

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Patrocínio Azevedo,** começou por dar resposta ao  
CDS dizendo que a antiga sede da Junta de Freguesia de Pedroso, foi por duas vezes a hasta pública e não  
apareceram interessados. Quanto à feira no Parque da Lavandeira seria para manter. Relativamente à polícia  
marítima, estaria para ser assinado um protocolo com a Capitania e depois seria da responsabilidade deles a  
20 utilização do espaço. -----

Relativamente à Ponte Luís I, o município decidiu condicionar a utilização do tabuleiro inferior da Ponte Luís  
I, permitindo apenas transportes públicos onde se inclui os autocarros e os táxis, bicicletas e pessoas a pé,  
mas para o momento queriam o transporte público, até para fomentar a sua utilização, mas que apesar das  
medidas, iriam acertando e monitorizando as mesmas. Disse também estarem a ponderar a possibilidade de  
25 permitir a utilização da ponte pelos tuk-tuk e pelos transportes turísticos, especialmente pelo TVDE. O que  
fizeram foi o condicionalismo da passagem de determinado tipo de veículos na Ponte, convictos que seria a  
melhor maneira para todos. Não se podia falar de uma cidade moderna, sem carros, e depois dizer que os  
carros têm primazia relativamente aos transportes públicos, falar no ambiente e a seguir prometer que os  
carros ficassem horas infinitas a descer General Torres. Há uma equipa a monitorizar as trotinetes e a cada  
30 três meses faziam um relatório que seria levado a Reunião de Câmara. Finalizou, dizendo que essas novas  
formas de mobilidade e tecnologia são mais dinâmicas e temos de nos ajustar a novos tempos. -----

Quanto às questões levantadas pelo PSD, deu nota que apenas foram abatidas duas árvores de seis que eram  
preciso abater, porque não se podia ter árvores no meio da passagem. Referiu que o projeto em vigor estava  
a ser executado, exatamente o projeto que foi conciliado, acertado com os moradores e com o Prof. Eng.º  
35 Paulo Pinho, da Faculdade de Engenharia do Porto. Disse que havia um túnel com determinada dimensão e  
que foi reduzida drasticamente por forma a abater o menos possível, até porque, essa solução irá impedir a  
passagem de transportes públicos, e menos autocarros. Estão a ser abatidas as árvores necessárias para a



5 solução acertada com o Eng.º Paulo Pinho, com os moradores e com a senhora presidente da junta e que foi apresentada pelo senhor presidente da Câmara e pela equipa técnica no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Arcozelo. -----

Relativamente ao estudo e impacto da inserção urbanística do IP, o estudo estava a ser feito e desenvolvido em parceria, entre a câmara e o IP. Nesse momento teriam um relatório detalhado de tudo o que são zonas de intervenção e zonas de “conflito” entre a intervenção pesada da linha de comboio e a necessidade de articular a rede viária, mas, sobretudo o espaço pedonável e ciclável incluindo toda a cortina arbórea que vai ser colocada ao longo da linha para tapar as barreiras sonoras que não dignificam muito a cidade, mas que eram fundamentais para cumprir os rácios do ruído imposto pela Europa e, sobretudo para garantir que o investimento não era devolvido. Estavam a trabalhar, mas lembrar que estavam a falar de um estudo, de uma obra de grande impacto financeiro que de momento só para requalificação da Avenida Vasco da Gama, são 1,5 milhões de euros, já para não falar de uma obra e de um protocolo, que estavam a trabalhar e para que se pudesse assinar, em mais de 15 milhões de euros, com a IP e que só será possível se houver um PRR que resolva essa questão. -----

Relativamente à saúde mental, o senhor presidente da câmara em exercício referiu que o senhor vereador Dário Silva daria uma resposta até porque estaria a acompanhar o processo. -----

**O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Dário Silva,** começou por agradecer as questões colocadas, referiu ter estado num Congresso e na sua intervenção teve a oportunidade de dizer que, a administração central foi responsável pelas políticas de saúde durante muito tempo e, de momento, exigia às câmaras municipais, um conjunto de políticas que ultrapassavam aquilo que são a sua esfera de intervenção. No caso concreto, disse que a Câmara Municipal teria de fazer do ponto de vista de intervenção junto da comunidade, um conjunto de ações que efetivamente uma maneira abrangente contribuíssem para minimizar esses problemas do plano de ação mental. Fizeram um diagnóstico daquilo que foi a evolução da situação pandémica e que fez agudizar essa situação do problema no âmbito da Saúde mental e que chegaram à conclusão de haver um aumento significativo das situações de stress, de depressão, situações de lutos e violência doméstica, bem como, muito de algumas alterações das dinâmicas familiares. Em Vila Nova de Gaia, há basicamente três situações que mereciam preocupação acrescida, como a questão da depressão, abuso de álcool e a demência. Dessa perspetiva, a Câmara Municipal tentou criar o seu próprio plano colaborando com as entidades que trabalham nesse aspeto e fazer o que é possível. Disse desenvolverem um protocolo com a Faculdade de Ciências de Educação e Psicologia na Universidade do Porto que permitia promover, por a questão da literacia em Saúde psicológica e bem-estar da comunidade. Tem em vista a criação de gabinetes de apoio psicológico em parceria com todas as juntas de freguesia. Depois disso definiam a intervenção clara a nível de grupos, um para a infância, adolescência e juventude, workshops sobre saúde mental nas escolas, prevenção e combate ao bullying, um projeto de prevenção do suicídio, projeto inclusão de grupos da vida

5 social apoiado. O segundo para pais e outros educadores, um grupo desenvolvimento de competências parentais, o laboratório temático sobre a saúde mental. Um terceiro grupo, a terceira idade e os desafios associados. A troca de correspondência entre idosos e adolescentes e ainda um trabalho também ao nível das organizações com a criação de um gabinete de intervenção psicológica para os funcionários da autarquia.

10 No aspeto mais clínico, a parceria com o hospital, que estava previsto um financiamento de meio milhão para o alargamento do número de camas do hospital, concretamente na área da psiquiatria e felizmente, por intercessão também da Câmara Municipal e da parceria com o hospital, conseguiram duplicar esse valor, ou seja, de momento, temos 1 milhão de euros para a duplicação do número de camas. -----

Finalmente e na questão da criação das equipas comunitárias. Apesar do interesse da Câmara Municipal, é a direção-geral de saúde que definirá a questão dessas equipas, mas, obviamente, estaremos atentos e se

15 houver essa possibilidade, abraçaremos conjuntamente com o hospital, uma vez que este perdeu um conjunto alargado de técnicos. Dar nota final ainda que relativamente à questão dos cuidados Continuados Integrados de saúde mental, na hasta pública que desenvolveremos, essa é uma das cláusulas obrigatórias que terá de estar incluída no grupo. Disse achar que a Câmara Municipal teve a oportunidade de apresentar e teve um amplo eco ao nível da imprensa. Terminou a sua intervenção agradecendo o contributo que o

20 senhor deputado tem dado também nesta assembleia e que para a câmara também serve de orientação. --

**Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)**, solicitou à Mesa a possibilidade de dizer as votações quanto ao Voto de Saudação pelo 50º aniversário do PS, a qual foi aprovada pela mesa. Registou com surpresa aquilo que foi a votação de algumas forças políticas no qual disse nada ter nada a opor até porque faria parte da política e da democracia, mas manifestou surpresa com a abstenção perante um aniversário de uma força política

25 democrática. -----

#### **Ponto 4. Período da Ordem do Dia** -----

**4.1. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta Final do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia - Quadriénio 2021-2025”.** -----

30

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, perguntou se algum senhor deputado se queria inscrever para a discussão do Ponto 4.1. da Ordem de Trabalhos. -----

- 5 **Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)**, na sua intervenção colocou a questão sobre as transmissões em direto e em diferido da Assembleia Municipal, e se as mesmas dependiam da aprovação do regulamento Assembleia da República. -----
- Senhor Deputado José Sousa (CDS-PP)**, disse que iria votar favoravelmente apesar de alguma dúvida, mas que se não tivessem os artigos 60º e 61º redigidas como estão votaria contra o Regimento. -----
- 10 **Senhora Deputada Paula Baptista (CDU)**, começou por dizer que se absteve no Voto de Louvor do PS, mas se tivesse sido um Voto de Saudação votaria a favor. -----
- Em relação ao Regimento, propôs que face ao acontecido se fizesse uma reflexão sobre o regimento por mais uma semana e depois ser votado. Quanto às Declarações de Voto, disse que o regimento atual refere três minutos orais para se fazer a Declaração de Voto. -----
- 15 Terminou dizendo que se podia adiar a votação do regimento e passaria para a sessão seguinte. -----
- Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)**, referiu não haver motivo adiar por uma semana até porque não via ganhos de causa. Disse achar importante a votação até porque ainda não tinha sido aprovado o regimento nesta legislatura. Sobre o Regimento, realçou o espírito de colaboração que existiu entre os vários grupos e a forma cordata como o foi desenvolvido e melhorar o regimento para o bom funcionamento dessa
- 20 Assembleia Municipal. Disse que o seu sentido de voto seria contra, apenas pela questão do grupo dos presidentes de junta e o que se tem são dois grupos municipais do PS. Nessa ordem de ideia, nas próximas eleições e sendo 24 freguesias, podemos ter 3, 7, 10 ou 21 grupos municipais, podendo mesmo cairmos no ridículo com tantos grupos municipais. Referiu ter sugerido que a Mesa consultasse pareceres de alguns organismos, até porque a Lei não era clara nesse ponto. Se a sugestão não fosse aceite, votariam contra. ---
- 25 **Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)**, reconheceu o contributo e o trabalho de todos. O Partido Socialista teve sempre uma abertura para tentar acolher aquilo que ia de encontro às suas propostas, mas foi um trabalho que valoriza todos e valoriza também a assembleia, portanto, também se congratulavam com isso, e podiam trabalhar melhor e melhorar também o exercício da democracia com aquele regimento. -----
- Relativamente à questão apresentada pelo PSD, estavam em desacordo, quer pela forma como era exposto
- 30 porque estavam eleitos todos. Os presidentes de junta têm um papel diferente daquele que é a dos deputados e cada grupo municipal e cada partido tem a liberdade de se organizar, como bem entender e respeitamos isso. Nesse sentido é uma questão de organização e de funcionamento que prezamos, a autonomia e a valorização do trabalho dos senhores presidentes de junta e é nesse reconhecimento que mantinham a proposta. -----
- 35 Relativamente à proposta da CDU, a intenção era votar o regimento e propor que seja votado, porque parece que não haverá ganhos de causa em adiar esta votação. -----

5 **Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)**, manifestou que no início da sua intervenção disse não ser intenção do PSD, meter-se na organização dos grupos municipais, mas que não fazia sentido a criação dos grupos municipais. -----

**Senhor Deputado José Sousa (CDS-PP)**, referiu que na sua opinião, não deveria de haver o grupo municipal dos presidentes de junta, no entanto e após consulta da Lei, constatou que os presidentes de junta eleitos  
10 pelo mesmo partido, podem se quiserem, organizar-se como grupo municipal independente. -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, deu nota que o que regia era a Lei 75/2013 de 12 de setembro e que naturalmente revogou outras leis do poder local. Disse que nunca, o chamado grupo municipal dos presidentes de junta exerceu nenhuma das prerrogativas que se fosse grupo municipal, poderia exercer. Tal  
15 como nunca o fizeram a IL, o PAN, o CH, porque foi entendido na conferência de líderes que eram equiparados a grupos municipais para efeitos de direito de participação nas conferências de líderes e de organização dos trabalhos naquela assembleia. Há uma Lei habilitante que nos rege a todos desde 2013 que é a lei 75/2013 e o regime jurídico das autarquias locais. Entendeu que essa era uma discussão que não fazia  
20 sentido, politicamente compreendeu que o PSD vote contra, porque a política é isso mesmo. É a afirmação daquilo em que se acredita mesmo que, às vezes se acredite em coisas que não são eloquentes no exercício político. A propósito do tempo que a CDU pediu não é problema nenhum e referiu-o no início da Assembleia. A autonomia das assembleias permite que em cada momento ajustemos à nossa realidade como queremos deliberar e essa é uma matéria de princípio, é um direito que permitida pela lei a deliberarmos como  
25 queremos decidir, como queremos deliberar, temos tempo, podemos votar este regimento e aperfeiçoá-lo num balanço que há-de ser feito da experiência que já aqui existiu. Referiu que cabia aos senhores deputados a decisão, que o ponto estava para discussão e votação e como tal estava terminada. -----

**Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)**, disse ter de responder à interpolação do senhor deputado, dizendo que este regimento termina no final deste mandato e que no início do próximo se podia ajustar todas as  
30 questões pelo que achou que o documento devia ser aprovado na atual sessão. -----

**Senhora Deputada Paula Baptista (CDU)**, começou por dizer que a CDU iria votar contra o regimento até pela falta de equidade nos tempos e que da forma que estará distribuída é desigual e como tal não iria acompanhar a votação do regimento. -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, deu nota que à senhora deputada Paula Baptista que não terá  
35 sido o regimento anterior que ainda estaria em vigor que terá impedido a senhora deputada de levar as suas intervenções até ao fim. Senhoras e senhores deputados, o regimento vai ter de ser modificado

5 provavelmente já em setembro, se a Assembleia da República aprovar como lá está, o projeto para a  
transmissão direta. A Assembleia Municipal de Gaia, os membros que a compõem e, nomeadamente a  
maioria tem tudo preparado para o fazer. Não temos é lei habilitante e temos esta mania democrática de  
gostar de cumprir a legalidade. Se alguém acha que podemos ir além disso, esteja à vontade. Esta mesa não  
está, enquanto a legalidade não estiver assegurada, não há nenhuma pressa, e na reunião de líderes foi  
10 requerido que se estabilizasse o regimento que conseguimos consolidar, é isso que está nesta sessão para  
ser votado. Vamos votar. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs a  
votação o Ponto 4.1. -----**

15 **Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes  
de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL) e 07 votos contra (05  
do PSD e 02 da CDU). -----**

20 **4.2. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso  
Público Internacional “Aquisição de Serviços Combinados de Vigilância e Segurança Humana e de  
Videovigilância para o Município de Vila Nova de Gaia – Repartição dos Encargos Plurianuais na Rubrica  
2004|A| 9, da seguinte forma: -----**

- Ano 2023 - € 437.500,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos euros) S/IVA, -----
- Ano 2024 – € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) S/IVA, -----
- 25 •Ano 2025 - € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) S/IVA, -----
- Ano 2026 - € 1.062.500,00 (um milhão, sessenta e dois mil e quinhentos euros) S/IVA”.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Patrocínio Azevedo, apenas deu nota que a  
assembleia apenas estará a votar a repartição dos encargos de € 4.500.000, despesas correntes para a  
30 segurança. -----**

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à  
votação o Ponto 4.2. -----**

5 **Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL) e 02 abstenções do CDS-PP.** -----

10 **4.3. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Prestação de Contas relativo ao ano 2022, nos termos da alínea j), do nº 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro”.** -----

15 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Patrocínio Azevedo,** deixou claro que esse seria um ponto importante para análise e que o documento seria composto em duas partes, o relatório de atividade e o relatório de contas. Começou por dizer que este seria um relatório de atividade diferente dos  
20 anos anteriores porque a maior parte dos assuntos, dossiers e sobretudo trabalho autárquico feito no executivo de uma câmara municipal com a dimensão de Gaia, não começa e acaba no mesmo ano. Referiu que se decidir fazer uma piscina ou pavilhão, só passados quatro anos é que seria inaugurado, porque há muito trabalho e sobretudo muito investimento quer dos meios técnicos quer das suas horas, enquanto  
25 membros do executivo. Deixou várias notas, como os grandes investimentos que têm merecido a sua preocupação, como o alargamento e melhoria da linha do Norte, a requalificação da Ponde Luís I, o TGV, a estação de Santo Ovídeo, oportunidade essa criada pelo TGV e requalificação de toda a envolvente de a EN222 até ao nó de Santo Ovídeo. A linha amarela, a linha RUBI, a inserção da linha RUBI na VL8. A Ponte António Francisco dos Santos, em que houve trabalho, pagaram os estudos, fizeram concurso, e felizmente  
30 o TGV vai permitir fazer a ponte, sem gastar dinheiro do município. O Hospital de Gaia e a aposta na saúde no hospital de Gaia está no orçamento, temos uma transferência de um milhão e meio no ano 2022. A obra de requalificação que permitirá acomodar o metro Bus, já com o processo pronto, para concurso de especialidades, mas até para lançar o concurso especialidades tem muitas horas técnicas quer jurídicas, quer engenharia, arquitetura, para lançar o concurso de um projeto que irá custar mais ou menos 700.000 euros  
35 para estender do Metrobus até Avintes. O Metrobus na VL3. A rotunda de Santo Ovídeo que não está no relatório de contas, mas tem trabalho e trabalho técnico. Os acessos da feiteira que, finalmente conseguimos aprovar a ligação Norte Sul e Sul-Norte, que vai permitir desbloquear o problema do trânsito e o caos que há, neste momento. A estrada da rainha, a requalificação da rede viária, a partir de 1 de setembro, vão poder ver os autocarros a circular com uma nova imagem e um único concessionário em Gaia e com uma nova designação “UNIR”. Unir os locais, as pessoas e também que seja um motivo de unir os senhores deputados, unir aquela assembleia, naquele que é um projeto revolucionário do ponto de vista da mobilidade. Não podemos ter apenas o passe único, temos também de ter meios para as pessoas poderem circular com

5 qualidade. A comparticipação dos STCP quando adquiriram parte do capital social da STCP, também foi uma  
prioridade, foi um investimento nas pessoas. Os passes únicos que é interpretado como uma despesa  
corrente é sobretudo uma despesa de investimento nas pessoas, porque contámos possibilitar que os jovens  
tenham passes, estamos a possibilitar o acesso à escola, aos meios culturais desportivos, mas, sobretudo a  
10 qualidade de vida. A habitação tem sido uma prioridade, não construímos ainda, mas já pagámos muito PER.  
A requalificação do parque habitacional, destacando a quinta dos castelos, a requalificação de todos os  
equipamentos municipais na área da habitação na envolvente e, sobretudo, na eficiência energética  
permitindo que as próprias pessoas, as famílias, poupem dinheiro. Muito destas despesas são correntes, mas  
é sobretudo corrente na vida das pessoas, tal como o passe único. Adquiriram um conjunto de habitações,  
15 tudo aquilo que havia no mercado, lançando concursos, adquirindo, que lhes foi oferecido. Fizeram 2 hastas  
públicas para comprar bens futuros. Um programa de arrendamento municipal, que foi inovador e pioneiro  
a nível nacional e é despesa corrente, mas é um investimento nas pessoas. O realojamento das famílias de  
etnia cigana, que ao fim de um concurso longo, ficou deserto. A requalificação do parque escolar, daquelas  
que são as nossas escolas e somos responsáveis desde sempre. Fizeram um investimento em apenas uma  
20 escola primária de 600.000 euros. Estavam prontos para lançar o concurso da requalificação da Escola EB2/3  
de Oliveira do Douro, da Escola Secundária dos Carvalhos, mas estava também na calha a Escola Júlio Dinis e  
a Escola Diogo Macedo. A requalificação pavilhões desportivos escolares, como o caso de Lavadores e  
Madalena. O Gaia Aprende + e Gaia Aprende +(i), são despesas correntes, mas não abdicavam delas.  
Conseguiram um financiamento de 20 milhões de euros para comunidades desfavorecidas, sem impacto nas  
contas atuais, terá impacto nas contas de 2023, 2024, 2025. A escola de Ciência Viva que mais uma vez foi  
25 um projeto pioneiro. O Hospital de Gaia, será uma grande realidade até ao final deste mandato. O Centro de  
saúde dos Carvalhos, está pronto a começar a obra, esperavam o visto do Tribunal de Contas. O centro de  
saúde da Afurada, Centro Saúde de Oliveira do Douro, Centro de Saúde de Grijó, já assinado o contrato, já  
foi a reunião de câmara, já temos financiamento. O plano de saúde mental, que falaram há pouco foi lançado  
um concurso por 1€ para a venda de um terreno, que foi vendido 1 milhão 200 mil euros e o que vai  
30 acontecer, é uma unidade de cuidados continuados com 220 camas. Em breve, teremos em Gaia 500 camas  
em unidades de cuidados continuados. -----

A Ação Social é para nós inquestionável. É inquestionável o apoio às IPSS, é inquestionável o apoio a todas  
as entidades e instituições que os trabalham nesta área, mas também é inquestionável o apoio ao  
financiamento. As creches de Arcozelo, das matas em Santa Marinha, a creche de Grijó, a creche da Afurada  
35 e a creche da seara em Oliveira do Douro. O apoio às IPSS e às instituições, 2,6 milhões de euros do Covid,  
estão no relatório de contas, o apoio às IPSS para despesas correntes 2,4 milhões, estão no relatório de  
contas. Conquistamos em 2022, aquele que é o maior investimento na área social em Gaia. Conquistamos  
com as nossas IPSS, com o nosso apoio técnico, com a nossa influência política, mas sobretudo com a nossa

- 5 dedicação, 514 novas respostas sociais. Irá começar em breve, os Bombeiros Voluntários de Valadares uma obra de 5 milhões de euros que tem o apoio de 2 milhões e que terá um apoio municipal de outros 2 milhões. Temos a Associação casa dos professores e educadores de Gaia. Temos o centro social Paroquial de Vilar de Andorinho a Fundação padre Luís, o centro social de Vilar do Paraíso, estamos à espera do visto do Tribunal de Contas para começar a obra. -----
- 10 Equipamentos desportivos, o pavilhão de Santa Marinha, o pavilhão de Vilar do Paraíso está na fase final do concurso, o pavilhão multiusos, o pavilhão de Sandim, Olival, Lever e Crestuma em 2022 este parou em julho de 2021, mas em 2022 tivemos de refazer o projeto, tivemos de dispensar horas e horas e horas infinitas de apoio jurídico para tomarmos conta da obra e voltar a lançar um concurso, infelizmente, com mais de 300.000 euros em cima. O pavilhão de São Félix da Marinha está neste momento, concluído, em 2022 adquirimos o
- 15 terreno, em 2022 adjudicamos projetos e neste momento, está pronto para lançar o concurso. O pavilhão de Valadares/ Império de Miramar, o apoio em 2 milhões de euros que está refletido no plano de contas de 2022. O Futebol Clube de Crestuma, o Estádio de Valadares, o estádio do Vila Futebol Clube, este é uma miragem, porque em determinada altura daquele que era um equipamento e um terreno de equipamento desportivo transformaram num terreno de habitação com capacidade de 1.2. Se não tivessem feito esta
- 20 alteração no PDM na altura, agora, o Vila Futebol Clube não tinha problema. -----
- Os jogos juvenis, está aqui refletido e é uma despesa corrente. O apoio às comissões atletas de formação, pagando as inscrições de todos atletas de formação. O ginásio do Meiral, mais uma obra que complementa a duas coisas, a escola do Meiral e a Associação Recreativa de Canidelo. -----
- Os equipamentos culturais, porque uma cidade não se faz apenas do desporto, mas também da cultura que
- 25 faz parte do desenvolvimento de uma cidade e sobretudo faz parte do desenvolvimento das pessoas que moram na cidade. -----
- O auditório da Igreja de Santo Ovídeo, está pronto para lançar o concurso. O auditório da Madalena vai em breve para concurso. O Centro de Congressos, o arquiteto Eduardo Souto Moura já é a décima quinta versão que faz, mas vale a pena a espera por cada vez que ele muda fica melhor. O Teatro Almeida e Sousa
- 30 compramos, pagamos, fizemos os projetos e até fizemos projetos para demolir o que lá estava. -----
- Requalificação dos auditórios de Olival, Oliveira do Douro e Gulpilhares não estavam esquecidos, estavam a terminar especialidades, era mais uma despesa corrente. O Fórum de cidadania de Lever, será uma obra de referência no território. Tem um auditório, tem a sede da banda musical de Lever, uma obra que vai unir e dar coesão territorial aquela freguesia. -----
- 35 Atelier de Soares dos Reis, a casa e jardins da Casa Barbot, uma casa que estava completamente destruída. A reabilitação da sede da Junta de Freguesia de olival foi paga parte de 2021 e parte e paga em 2022. O Fórum de cidadania de Arcozelo está a terminar o concurso. As obras no ISLA para criar condições para os



5 nossos funcionários, o edifício técnico está em obras, 300.000 euros em despesas correntes. O novo edifício técnico que está nesta ordem de trabalhos e é o ponto 4.7., está para aprovação do projeto, já foi aprovado o contrato de arrendamento, e estavam em condições de avançar com a obra. As novas oficinas municipais em Vilar de Andorinho. A Praceta 25 de Abril, que é uma referência e que será alvo de concurso nas próximas semanas. A requalificação de jardins envolventes à Casa da Presidência. O Adro da Igreja de Canidelo, o Adro da Igreja de Vilar de Andorinho, não sei por que o Presidente da Junta ainda não começou, ou começa em 8 dias ou retiramos o dinheiro. O centro cívico José Cadoso em Oliveira do Douro, O Lar do Palheirinho em Avintes. -----

O parque urbano de São Paio, segunda fase são despesas correntes, está pronto o projeto da autoria do arquiteto Sidónio Pardal. A ampliação do Parque da Lavandeira comprámos e pagamos em 2022, 15 aumentámos em 4.000 m2 daquela área. O cercado dos lince no Parque biológico foi nesse dia, consignada a obra ao fim de 2 anos de projeto. Demorou 2 anos a preparar obra e vai ter o prazo de execução de 4 meses. -----

A segurança. Aprovámos em reunião de câmara 600.000 euros para o quartel da GNR de Avintes. A GNR dos Carvalhos, está pronto o projeto, está pago. A GNR de Arcozelo, espera financiamento do Ministério da 20 Administração Interna. -----

Falou sobre o PDM, deixando algumas notas sobre urbanismo, mas, sobretudo o desenvolvimento da cidade. Em 2014/2015 desenvolvemos uma política de reabilitação urbana, fomos mais inteligentes que os outros, interpretamos reabilitação urbana como regeneração urbana que permitiu a construção que já temos, mas não quisemos apenas construção em quantidade, quisemos construção em qualidade e hoje é muito 25 engraçado ao sábado ver no Jornal de Negócios e nas listas especialidades, aquilo que é referência a nível nacional de imobiliário, mas sobretudo a referência Nacional de obras de habitação e sermos nós, sermos Gaia. Tem 2 vantagens, aparecemos no jornal e recebemos IMI e IMT. O PDM está a trabalhar, está a ser desenvolvido. É um processo difícil, porque houve uma alteração de lei. Temos as cartas temáticas todas feitas desde a habitação, à educação, à carta social e à carta investimento, porque uma cidade e um território 30 só se envolve se tiver investimento, indústria, e nós temos alguma para mostrar. A Valadares é uma fábrica e é uma atividade económica graças ao executivo atual e ao senhor presidente da Câmara. A zona industrial de Sandim, alguns criticam que devia ser mais rápido, mas são terrenos privados e teremos de acautelar isso no PDM. Tudo aquilo que forem zonas industriais, serão datadas, serão zonas industriais com um prazo de vigência de 4 ou 5 anos ao fim de 4, 5 anos, os proprietários ou se entendem ou cai aquela classificação e 35 passa a solo rural. A aposta nas atividades económicas passa pela estratégia na INOVAGAIA, não só na transferência de o valor para manter a INOVAGAIA a funcionar, mas, sobretudo na aposta na projeção de novos equipamentos, novos edifícios para captar atividade económica, captar investimento e dar condições aos gaienses para aquilo que querem fazer. -----

5 Falando de contas, e se há contas de que se orgulhavam, são as de 2022, graças ao trabalho de toda a equipa liderada pelo senhor Presidente professor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues. Temos em 2022 a receita total 230 milhões de euros, a mais alta de sempre, 176 milhões de euros em receita corrente proveniente os impostos diretos desde o IMI e no IMT e a derrama. Mas uma receita corrente de 176 milhões de euros mais 24 milhões do que o ano passado, assente nos impostos diretos com 112 milhões de euros, nas transferências correntes de 59 milhões de euros, na venda de bens e serviços de 3,2 milhões de euros e outras receitas correntes de 1,5 milhões de euros. Temos refletidos nas transferências correntes destes 59 milhões de euros, 17 milhões da descentralização e 3,1 milhões de euros de um fundo social de emergência, mas que é uma receita extraordinária. O IMT está nos 41 milhões de euros, a derrama nos 7,5 milhões de euros, o IUC 9,7 milhões de euros, o IMI em 4,2 as taxas em 5,8 que inclui 1,4 milhões de euros da taxa de cidade que não teve impacto em 2021 por causa do covid, mas tem impacto em 2022 e esperamos tenha impacto em 2023, 2024 e 2025. -----

Nas vendas bem serviços, tivemos quase mais 800.000 euros que o ano passado. Receitas de capital. 30 milhões de euros provenientes 18,5 milhões de euros de empréstimos. 7,5 milhões de euros de empréstimo para o covid e 9,5 milhões de euros de empréstimos para investimentos que os senhores aprovaram nesta Assembleia Municipal. Transferências de capital de 10 milhões de euros, provenientes 2 milhões de fundos municipais e 8 milhões de fundos comunitários, ou grande parte de fundos comunitários cerca sendo a 6,7 milhões. É preciso uma explicação aos fundos comunitários porque este fundo comunitário tem este impacto agora, mas esta estratégia do PEDU foi apresentada e aprovada em 2017/2018 porque se não tivéssemos feito trabalho em 2017/2018 teríamos menos 7 milhões de euros. -----

25 Há quadro comunitário para o metro, está feito, e com a ajuda do Presidente da Metro. Há quadro comunitário para reabilitar edifícios está feito. Há quadro comunitário para reabilitar espaço público, sobre a reabilitação do espaço para edifícios está feito. Temos como outras receitas 23,5 milhões de euros. -----

Os impostos locais, têm uma importância primordial nas receitas correntes são 100 milhões dos 117 milhões, o aumento do IMT, o aumento do valor da derrama, o IMI, o IMT. A receita total mantém a tendência seguido de alguns anos de evolução, atingindo neste ano os 230 milhões de euros. e receita de capital também cresceu atingindo os 30 Milhões. A receita capital, este ano subiu mais 4 milhões que o ano passado “2021”. Os rácios, estavam no relatório de contas, o rácio receitas próprias versus receita total 51,52%, demonstração clara do grau de independência financeira do município. Impostos municipais versus receita total 43,52% é o valor mais baixo dos últimos anos. O rácio de receitas próprias correntes VS receitas correntes, 66,23%. ----

35 A despesa total 193,5 milhões de euros. São 135,5 milhões em despesa corrente e 58 milhões de despesa capital. O ano 2022 há um aumento de despesa corrente, 31,1 milhões de euros. Tivemos aumento de despesas correntes, já falado, na descentralização dos 20 milhões ou 17 Milhões. 17 receita, mas 20 despesa.

- 5 Despesas de funcionamento, 100 milhões de euros comparativamente 81,4 o ano passado. Despesa pessoal  
60 milhões de euros e não há nada a fazer porque no ano 2022 tivemos 1200 novas entradas, 1038 da  
descentralização o resto como novos contratos de acordo com aqueles que foram os concursos aprovados  
naquela reunião. Tiveram a valorização remuneratória que só em 2022 atingiu quase 1 milhão de euros e fez  
com que o aumentassem as despesas de pessoal. Tiveram para além dos 60 milhões do pessoal, 39,5 quase  
10 40 milhões de aquisição de bens e serviços. Encargos com outros serviços de 11 milhões de euros, instalações  
5,4 milhões de euros, vigilância e segurança 2,5 milhões de euros Despesas de funcionamento, 100 milhões  
de euros. Outras despesas, despesa corrente, não abdicavam de nenhuma. Transferências correntes e  
subsídios que se enquadravam no grupo das outras despesas que representou 34,2 milhões de euros. São  
apoio às freguesias, 2,7 milhões de euros, fundo covid para as juntas de freguesia 600.000 euros apoio às  
15 festinhas e passeios de 3ª idade em 300.000 euros. Outra rubrica dentro da grande rubrica das outras  
despesas, são as IPSS. Tiveram o maior pacote de investimento em equipamentos sociais em Gaia, 15 milhões  
de euros em 2022, 12,8 milhões de euros de apoio às IPSS e às instituições, empresas municipais 9,8 milhões  
de euros, 3 milhões para GAIURB e 6,6 milhões de euros para aquela que é a limpeza urbana para as águas  
de Gaia. -----
- 20 Outras transferências dentro das outras despesas, 8 milhões de euros, 2,3 milhões para os agrupamentos no  
âmbito da descentralização, 700.000 euros para a área metropolitana do Porto para o passe único, 200.000  
euros em eventos. Os STCP, 3,9 milhões de euros. Apoio às famílias, 1,7 milhões de euros com o Gaia  
Cuidador ou o programa de arrendamento municipal. -----
- No que respeita ao investimento. 45,7 milhões de euros, algum direto outro indireto. Direto só temos 36,4  
25 milhões de euros, outros 10 milhões é por transferências, construções diversas 18 milhões de euros, edifícios  
10 milhões de euros, instalações desportivas, 2,7 milhões de euros em investimento e não despesas  
correntes. A habitação nas contas, só este ano 3,5 milhões de euros, depois as transferências de capital, 9,2  
milhões de euros mais 3,2 milhões para as juntas de freguesia, 4,5 milhões de euros para as IPSS, como  
investimento a somar aos 12,8 milhões de euros. O Hospital de Gaia, 1,5 milhões de euros num cheque único  
30 ou uma transferência única, prometemos 3, já pagamos 1,5 e, pagamos a segunda vez e mais 1,5 para o  
heliporto ou para a nova ala. -----
- O nosso limite de endividamento para 2022 é 208 milhões de euros contra 180 em 2019. Do PER que foi feito  
noutros tempos, custou 60 milhões de euros, pagamos 30, falta pagar 20, vejam quantos os outros pagaram.
- A dívida em 2022 é de 93 milhões de euros contra os 103 de 2019, aumentámos o valor da dívida, tivemos  
35 um empréstimo para investimento de 9,5 milhões de euros, temos um diferencial, de 115 milhões de euros.  
O prazo médio de pagamento que depois do exercício fantástico que fizemos durante de cerca de 8 anos, em  
que reduzimos o prazo médio de pagamento de 1 ano e 45 dias, passámos em 2019 para 36 dias, em 2021

5 em 34 dias. Fomos depois, massacrados pelo covid, que fomos para os 58 dias, apesar de tudo com covid fomos aos 58 dias. Este ano já estamos em 42 dias. -----

Terminou dizendo que tivemos um lucro de 1,9 milhões de euros, que não é lucro, mas um resultado positivo de 1,9 milhões de euros. Disse aos senhores deputados que no dia 31/12/2022, a câmara não tinha nenhum pagamento em atraso, portanto, dizer que era com orgulho que apresentava as contas, em que o investimento pode ser contabilisticamente ou na rubrica contabilística uma despesa corrente, mas para o município era uma despesa de investimento. -----

**Senhor Deputado André Araújo (CDU)**, agradeceu a introdução do senhor Presidente da Câmara em exercício. Falou sobre algumas preocupações, referindo que a conta de gerência é e deverá ser um dos momentos mais altos do debate sobre a vida política do município que reflete a situação socioeconómica do concelho. Disse que as contas de 2022 apresentadas refletiam uma recuperação expectável relativamente aos anos da pandemia onde foram mais presentes como todos compreendem a resposta social que já valorizaram por parte do executivo, por terem ido além da resposta do Estado central e essa recuperação também se sente ao nível de vários setores, ao nível da receita e a alguns índices designadamente, do IMT. Relembrou que 2022 foi um ano de incerteza, apesar dessa expectável recuperação seja do ponto de vista dos efeitos da crise económica social ou do já referido processo de transferência de competências. Por todo esse enquadramento, algumas críticas que eram levantadas em relação de despesas de capital e correntes são desprovidas no entendimento da CDU. Disse que ruinosas, não são despesas correntes como o senhor Presidente descreveu, num conjunto de anos contribuem para a estabilidade dos apoios sociais e melhoramento continuados, serviços como passes, medida de tantos anos de luta e reivindicação da CDU, dos passes intermodais. Ruinoso não são essas despesas correntes e por contraposição outras coisas bem mais ruinosas, que ainda estamos a pagar e que ainda os gaienses vão sofrendo. -----

A prestação de contas dava razão à CDU no capítulo da fiscalidade nesta posição moderada que é não comprometer o balanço equilibrando as contas municipais. -----

No capítulo do IRS, quando foi votado já denunciavam que a devolução que o senhor presidente do executivo justificou como um estímulo às classes médias, denunciámos, porque a questão que está colocada na questão da devolução do IRS, é quanto menos classe média são, mais beneficiam. Os agregados com rendimentos baixos, que são a maioria, ficam de fora, quantos maiores rendimentos mais se sente a poupança, uma inversão, consideramos injustificada da justiça fiscal, um envelope financeiro que as contas vieram confirmar de 3 milhões 352 mil euros que poderiam e deveriam ter outra aplicação. Não obstante, a CDU ao longo de vários anos, tem pugnado a sua ação da reivindicação do financiamento adequado poder local democrático que é importante ser discutido, designadamente ao nível da Finanças locais, designadamente pelo balanço e pelo equilíbrio entre as receitas próprias. A CDU tem afirmado que um quadro de aumento da receita cobrada

5 em impostos diretos aliado ao aumento construção poderia haver um espaço para a redução deste imposto. Não obstante a execução orçamental ter sido em linha com o percurso habitual deste executivo, tanto ao nível das escolhas, como os bons resultados. Quanto aos Biorresíduos, preocupa-nos a sustentabilidade das contas municipais, por entenderem que entre a escolha de um investimento da educação VS rede viária, não é sustentável manter-se esta dicotomia da manta curta, ou porque para dar na saúde ou na educação, tem de deixar de dar na rede viária ou de outras responsabilidades que já existiam. -----

10 O senhor Presidente partilha da nossa preocupação sobre a evidente não correspondência dos recursos necessário da transferência de competências? Na ação social, uma questão que nos parece pertinente naquilo que são as IPSS, nesta necessidade de exigir ao Governo a atualização dos acordos em vigor com as IPSS designadamente procura de problemas que não existem, défice viaturas, problemas de tesouraria, os  
15 salários trabalhadores que cabem à Segurança Social resolver com as instituições evitando que passem essa responsabilidade dos acertos com as IPSS para as autarquias. Também sobre o acionamento das comissões de acompanhamento da transferência de competências com a presença da Segurança Social garantindo assim o espaço intervenção e esclarecimento também as comissões de acompanhamento nos mesmos moldes da transferência de competências na educação, que podem ter um papel fundamental na exigência  
20 na requalificação, na garantia da exigência e do financiamento na saúde. O que é que tem sido debatido na negociação dos termos dos autos, as preocupações são muitas, as necessidades são muitas e, por isso, agradecemos o esclarecimento. -----

**Senhora Deputada Carla Costa (PSD)**, referiu vários pontos, dizendo que 2022 não correspondeu, de facto, à retoma da normalidade económica, financeira e social. Disse que o resultado não se deveu exclusivamente  
25 ao mérito da atual maioria, mas são também fruto e consequência do forte investimento estrutural e das políticas públicas municipais, do clico autárquico anterior, onde foi possível lançar as bases do desenvolvimento económico e social da progressiva atratividade do Concelho. Deu nota que a Câmara Municipal apesar da pandemia e da guerra, arrecadou 100,5 M€ de impostos diretos, praticamente o dobro da receita fiscal de 58,9 M€, de 2013. Mostrou preocupação com as despesas de pessoal, que quase  
30 duplicaram no mesmo período, crescendo, sem parar dos 33 M€ para 59,8 M€, em 2022. A preocupação do impacto negativo da Descentralização nas contas municipais que, com uma conta-corrente agravada a favor do Estado, com encargos permanentes para o Município. Na área da Educação, 8,5 M€, por ano, para recrutamento de mais recursos humanos, 2,3 M€ para despesas de funcionamento das escolas. Na área da Ação Social um déficit anual de quase 2M€, quando o Orçamento de Estado só prevê um reforço de Fundo  
35 de Financiamento da Descentralização em 4,4 M€. Preocupava-os as despesas de funcionamento que atingiram os 100,5 M€, enquanto o investimento não passou dos 45,7 M€. Preocupava-os que as despesas de funcionamento, registassem um aumento de mais 19,1 M€ e um agravamento de 23,47%, relativamente a 2021 e que tenham consumido toda a receita fiscal de 2022. Preocupava-os finalmente que a gestão

5 municipal esteja mais orientada por uma opção mais assistencialista, através de comparticipações financeiras e de apoios sociais, que também são necessários, com claro prejuízo do investimento e de projetos de valor acrescentado. . Preocupava-os que a Câmara, em muitos casos, e mesmo no presente Relatório, se fique, ano após ano, pelos anúncios, de que há muitos exemplos. O parque tecnológico da Madalena, anunciado como um investimento de 700 M€ e a criação de 15.000 postos de trabalho qualificados, que acabou antes de começar. O Centro de Congressos, anunciado em 2021 como um bem futuro que irão oferecer daqui a 25 anos. O Metrobus da VL3, que ainda é uma intenção, a VL1, que liga a baía de Sampaio, em Canidelo e a rotunda das Devesas, em Santa Marinha, que está em estudo. A requalificação das Escolas Secundárias de Oliveira do Douro, de Júlio Dinis, dos Carvalhos e Diogo de Macedo, a reabilitação os Centros de Saúde Afurada, Grijó e Oliveira do Douro, com avisos publicados no PRR, os de Canidelo e Lever, em estudos e projeto, o Pavilhão Multiusos, os pavilhões de Vilar do Paraíso, de Olival e de S. Félix, em projeto ou em concurso, o estádio do Vilanovense, que não passa ainda de uma ideia, o Teatro Almeida e Sousa, em Avintes, em concurso, a requalificação dos Auditórios de Lever, Olival e Gulpilhares, inscritos em plano há pelo menos 3 anos, o novo edifício técnico dos serviços municipais e o Tanatório Municipal, em Canelas, para lançar concurso ou a requalificação da Praceta 25 de Abril, do Largo do Senhor dos Aflitos, em Valadares e da envolvente da Igreja de Mafamude, ainda sem concurso. Tinham esperança, que os recentes anúncios sobre a construção de um novo edifício no denominado Centro Tecnológico de S. Félix da Marinha, a cedência da Casa dos Ferradores, se concretizem e possam acompanhar aquela prioridade, que será estrutural e estratégica para o Município. Finalmente, antecipando uma pergunta injusta "onde cortavam?", que tantas vezes lhes era dirigida, para argumentarem as críticas legítimas que suscitavam, mesmo sabendo, de antemão, que não tinham responsabilidades de gestão, acesso a todas as informações ou aos números reais de disponibilidade financeira, para além das diferenças na prioridade e no valor de alguns investimentos, como o pavilhão de Vilar do Paraíso ou o Pavilhão Multiusos, sugerir que, para o efeito, se pondere a reafecção dos 35M€, da D. António Francisco dos Santos, cujos encargos provavelmente serão assumidos pela IP, a aplicação do aumento significativo da receita fiscal, previsto o Orçamento para 2023, na ordem dos 11,5 M€ e uma negociação dura para, no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Descentralização, possamos ser ressarcidos dos mais de 12M€, que já adiantamos por conta do Estado. Terminou dizendo que o PSD, votará contra o documento em apreciação, conforme documento anexo (vide anexo nº10). -----

**Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS)**, na sua intervenção referindo a forma como foi gerido pelo PSD no ciclo autárquico anterior. Disse não haver aspetos positivos no ciclo autárquico anterior, com uma gestão ruínosa, a gestão de recursos humanos com interesses, com o elevado contencioso e pela forma como criminosa não fizeram os devidos aprovisionamentos às questões de contencioso que eram altamente prováveis que fossem acontecer e vieram a acontecer. No início deste novo ciclo, o relatório do Tribunal de Contas que foi muito claro naquelas conclusões que evidenciaram, esse relatório existe está publicado,

5 porque foi escrito pelo Tribunal de Contas. O primeiro mandato, todos os senhores presidentes de junta tinham determinados sonhos e ambições e tiveram de aguentar firmes para que a câmara conseguisse por via de um novo modelo de gestão, contribuir para que as contas ficassem equilibradas e conseguisse dar o apoio devido. Continuou dizendo que apesar de todas as explicações que são dadas ao PSD sobre as despesas com pessoal, não se percebe sendo verdadeiramente enigmática. A questão do pessoal e o custo de pessoal  
10 começou por via do PSD que é o primeiro responsável pelo aumento neste novo ciclo autárquico tendo começado com a internalização das pessoas da Gaianima e do Parque biológico elevando os custos. Tivemos de meter pessoas por via da gestão ruinosa. Tivemos também a descentralização, que acrescentou mais 1040 pessoas. Questionou se o PSD não queria que o custo de pessoal aumentasse, como fariam para não aumentar? Se cortariam os salários, se despediam os técnicos, se baixavam o número de pessoas que estão  
15 ao serviço? -----

Perguntou, onde o município falhou na construção de projetos, para que não pudessem ter obtido candidaturas a esses programas? Que programas permitiam a construção de rodovias a que esta câmara falhou? -----

20 Terminou, dizendo que o PSD não tinha ideias para a cidade, para o território não podiam dizer que as coisas não estavam bem feitas. -----

**Senhora Deputada Carla Costa (PSD)**, respondeu ao senhor deputado que a gestão ruinosa foi a que proporcionou ao atual executivo arrecadar a receita em IMI e IMT. -----

25 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, após ter gerado algum burburinho, solicitou alguma acalmia e tranquilidade na sala por forma a continuar-se os trabalhos. -----

**Senhora Deputada Carla Costa (PSD)**, continuou referindo que no tempo do Dr. Meneses, ele mandou construir estradas, saneamento e todas as infraestruturas que não estavam feitas de governos socialistas e que foi o que permitiu Gaia ser o que é. O saneamento em Gaia, era muito raro, e mesmo em alguns locais  
30 não tinha saneamento. Teve dívida, mas também obra feita e veremos se este executivo em 2024 sai sem dívida. Terminou ao dizer que as VL custam muitos milhões, mas são vias estruturantes e fundamentais para o município e para virem as empresas para cá. Resumindo, as suas contas seriam outras, pura e simplesmente. -----

5 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício, Patrocínio Azevedo,** começou por dizer que em 2022 baixaram as despesas com o pessoal e que apesar de contratarem 1035 funcionários, mais 208, a diferença entre 2022 e 2021 foram 13,7 milhões de euros. Afirmou não ter dito que não se podia reduzir, mas que não despediam, não podiam baixar o ordenado e as atualizações remuneratórias. -----

10 Disse ter 58 milhões de despesas de capital em 2022 e que em 2019 foi de 46 milhões de euros com a agravante de terem 284 milhões de dívida. Em 2013 tiveram 61 milhões de euros de investimento, tinha menos receita, mas também não tínhamos esta dívida, 196 milhões em 2013. Deu nota que até ao executivo atual chegar não se aplicava a lei dos compromissos, apesar de haver lei para os compromissos. O que a Lei dos compromissos faz é que não poderemos lançar obras nem projetos. -----

15 Para terminar, disse ser o melhor relatório de contas de sempre. E que o PS até à data, nunca apresentou uma obra municipal que tivesse ficado por fazer. -----

Quanto à CDU, agradeceu as palavras e deu nota que a preocupação quanto à descentralização, a Câmara teve um prejuízo de quatro milhões com a descentralização da Educação e 2 milhões com a descentralização com a ação social. Disse estarem a negociar para tentar o equilíbrio, no entanto, referiu que será difícil por ser gerido pelo Estado Central e que estão preocupados com a descentralização, mas que levará a bom porto.

20 Na saúde disse estar também a negociar, mas não sabe o impacto financeiro, não sabe quando irão assumir com a descentralização. -----

Para terminar, deixou uma palavra sobre as IPSS que é apoiá-las na construção dos equipamentos sociais. O que os preocupava nas IPSS era que o Estado obriga a aumentar o ordenado, põe creche gratuita e bem, mas algumas IPSS faz perder receita, o aumento dos salários faz aumentar a despesa. Estão a asfixiar, a esmagar as IPSS. Referiu que os 2,4 milhões de euros que estão no relatório de contas do efeito COVID, há 2 rubricas, uma do fundo covid e um do fundo covid especial que permitiu pagar o subsídio de Natal porque senão, muitas IPSS não iam pagar o subsídio de Natal. E tende a agravar, com o aumento dos combustíveis, o aumento das pessoas, o aumento gás e a energia em algumas IPSS, duplicou, isto é aterrador. -----

30 Só para terminar, aquele que foi um dos grandes investimentos também ficaram como dívida. O PER custou a Gaia 69.986 milhões de euros. De 2013 a 2022, pagámos 26.385 milhões euros e falta pagar mais 21 milhões de euros. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.3.** -----



5 **Votação: Aprovado por Maioria, com 42 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do PAN e 01 do IL), 07 votos contra (05 do PSD e 02 do CDS-PP) e 05 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 01 do CH).** -----

10 **4.4. da Ordem de Trabalhos “Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Nova de Gaia e respetiva avaliação relativos ao ano 2022, nos termos da na alínea j) do nº 1, do artigo nº 35 e da alínea l), do nº 2, do artigo nº 25, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro”.** -----

15 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu como apreciado o Ponto 4.4.** -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (vide anexo nº11). -----

20 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 01 hora e 42 minutos do dia vinte e um de abril do ano de dois mil e vinte e três, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

25 A Primeira Secretária

\_\_\_\_\_  
(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa)

30 O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
(Albino Pinto de Almeida)